



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 10 de março de 2023
(OR. en)

7315/23

COPS 126
POLMIL 52
ESPACE 11
EUMC 118
CONOP 19
CFSP/PESC 419
CSDP/PSDC 204
RELEX 330

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2023) 9 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Estratégia Espacial da União Europeia para a Segurança e a Defesa

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2023) 9 final.

Anexo: JOIN(2023) 9 final



COMISSÃO
EUROPEIA

ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 10.3.2023
JOIN(2023) 9 final

COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Estratégia Espacial da União Europeia para a Segurança e a Defesa

INTRODUÇÃO — O ESPAÇO COMO UM DOMÍNIO ESTRATÉGICO

A Europa é uma potência espacial mundial. A União Europeia (UE) detém e explora recursos espaciais para posicionamento, navegação e cronometria («PNT» — Galileo) e para observação da Terra («EO» — Copernicus) e lançará uma terceira constelação para telecomunicações seguras, o Programa de Conectividade Segura da União (IRIS²). Os Estados-Membros detêm e exploram recursos espaciais nacionais, nomeadamente recursos para fins de segurança e defesa. O Centro de Satélites da UE (SatCen) proporciona uma capacidade de análise de informações geoespaciais única, que se destina a apoiar a tomada de decisões e as ações da UE e dos seus Estados-Membros.

O espaço é fundamental para a autonomia estratégica da UE e dos seus Estados-Membros. O funcionamento das economias, dos cidadãos e das políticas públicas depende cada vez mais de serviços e dados relacionados com o espaço, incluindo no domínio da segurança e da defesa. O espaço contribui igualmente para a consecução da agenda política da UE, possibilitando e reforçando a resiliência das transições digital e ecológica.

No entanto, o espaço é um domínio cada vez mais contestado.

Algumas potências espaciais possuem as capacidades necessárias para atacar infraestruturas espaciais críticas. Algumas destas potências desenvolveram e testaram capacidades antissatélite capazes de interferir com sistemas e serviços espaciais ou de os destruir. Mais recentemente, em novembro de 2021, a Rússia testou uma arma antissatélite (ASAT) contra um dos seus próprios satélites, o que gerou uma grande quantidade de detritos espaciais.

A China prossegue a sua agenda geopolítica através da sua crescente presença no espaço e está a desenvolver programas espaciais e capacidades contra-espaciais extensas.

Num contexto geopolítico de aumento da concorrência entre as potências e de intensificação das ameaças à UE e aos seus Estados-Membros, os dirigentes da UE identificaram o espaço como um domínio estratégico na Bússola Estratégica¹ e apelaram à criação de uma estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa. A Estratégia da UE para a União da Segurança² reconhece as infraestruturas espaciais como serviços essenciais que têm de ser resilientes e adequadamente protegidos contra as ameaças atuais e previstas.

A UE e os seus Estados-Membros continuarão a promover a preservação de um ambiente espacial seguro e protegido e a utilização pacífica do espaço exterior, numa base

¹ [Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa – Por uma União Europeia que protege os seus cidadãos, os seus valores e os seus interesses e contribui para a paz e a segurança internacionais](#)

² COM(2020) 605 final

equitativa e mutuamente aceitável. A UE reconhece o espaço exterior como um bem comum a nível mundial e está empenhada em tomar medidas de transparência e de criação de confiança que se reforcem mutuamente, reduzindo os riscos de má perceção, de cálculos errados e de uma escalada não intencional dos conflitos.

São necessárias medidas adicionais para defender os interesses estratégicos da UE e para desencorajar atividades hostis no espaço e com origem no espaço. Ao mesmo tempo que privilegia a cooperação internacional e promove comportamentos responsáveis no espaço, a UE reforçará igualmente a sua postura estratégica e a sua autonomia no domínio espacial. A União tornará os sistemas e serviços espaciais mais resilientes, responderá a quaisquer atividades e ameaças hostis e continuará a desenvolver serviços espaciais para a segurança e a defesa.

1. O PANORAMA DA AMEAÇA ESPACIAL

1.1. Definição do domínio espacial

O domínio espacial inclui todos os elementos relevantes para o funcionamento dos sistemas espaciais e para a prestação de serviços espaciais na UE e nos Estados-Membros, como, por exemplo: o ambiente do espaço exterior, as várias órbitas e veículos espaciais pertinentes e informações conexas sobre os sistemas a que pertencem, as infraestruturas terrestres e de lançamento, as ligações de radiofrequências, os terminais de utilizadores e o ciberespaço. Inclui ainda o setor espacial industrial subjacente.

1.2. Ações contra-espaciais e ameaças no domínio espacial

Ao contrário dos riscos de segurança decorrentes de incidentes técnicos, de acidentes e de riscos naturais, as ameaças espaciais são atividades intencionalmente hostis executadas com recurso a capacidades contra-espaciais.

As ações contra-espaciais são utilizadas para demonstrar capacidades, dissuadir os opositores, impedi-los de utilizar os seus próprios sistemas espaciais ou para obter uma vantagem em termos de informação. Estas ações têm como alvo os recursos espaciais em órbita, a sua infraestrutura terrestre de apoio e as ligações de dados entre eles.

Os efeitos das ações contra-espaciais são intencionalmente interferir, degradar, destruir, dissimular ou impedir a utilização de sistemas espaciais, e inspecionar, manipular ou interceptar as mensagens ou os dados destes sistemas, bem como impedir o acesso ou a liberdade de circulação no domínio espacial. Os efeitos destas ações podem ou não ser reversíveis.

As capacidades contra-espaciais podem assumir muitas formas diferentes, tais como medidas cinéticas³ contra veículos espaciais ou infraestruturas terrestres, ou de energia

³ Pode incluir armas cinéticas antissatélites, como, por exemplo, mísseis lançados diretamente a partir do solo (ASAT de ascensão direta), ou veículos espaciais ativados quando já se encontram em órbita (ASAT coorbital), incluindo ferramentas robóticas ou projéteis.

dirigida⁴. As características específicas das infraestruturas espaciais, tanto terrestres como em órbita, tornam-nas particularmente vulneráveis aos ciberataques. Além dos sistemas espaciais, as ações contra-espaciais podem interferir com o setor espacial no seu todo, incluindo as cadeias de abastecimento subjacentes e o espectro de radiofrequências.

Vários países terceiros têm vindo a desenvolver e manter capacidades de contra-espço e doutrinas conexas. No entanto, uma vez que a maioria das tecnologias espaciais são de dupla utilização, não é possível identificar o que constitui uma ameaça espacial através da observação isolada de objetos espaciais, tecnologias ou capacidades espaciais sem ter em conta o comportamento.

Avaliar as ameaças espaciais requer uma análise exaustiva das capacidades e dos comportamentos conexos em órbita, em terra e no domínio do ciberespaço, com base num conhecimento profundo das capacidades contra-espaciais.

1.3. Rumo a um entendimento comum das ameaças espaciais

A Capacidade Única de Análise de Informações (SIAC) – da responsabilidade do Alto Representante –, juntamente com os serviços de informações militares e civis dos Estados-Membros, irá aumentar a sua compreensão estratégica das ameaças espaciais e das atividades contra-espaciais. Este entendimento estratégico deve igualmente apoiar os programas espaciais da UE, bem como beneficiar das informações recolhidas pela Comissão através da monitorização dos componentes espaciais da UE.

Ações futuras

- O Alto Representante, com o apoio da SIAC, preparará uma análise anual confidencial do panorama de ameaças espaciais, que incluirá a evolução das capacidades contra-espaciais. Esta análise beneficiará igualmente do acompanhamento das componentes espaciais da UE por parte da Comissão.

2. REFORÇAR A RESILIÊNCIA E A PROTEÇÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS ESPACIAIS NA UE

Os sistemas e serviços espaciais na UE prestam serviços essenciais para as funções sociais e para as atividades económicas. Por este motivo, é necessário que sejam cada vez mais resilientes e mais bem protegidos. A UE reconhece o espaço como um setor crítico na sua legislação atual em matéria de resiliência das entidades críticas (Diretiva REC⁵) e

⁴ Por exemplo, guerra eletrónica, armas a laser ou outras armas de energia dirigida destinadas a encandear os satélites, danificar os sistemas eletrónicos a bordo, interferir com os seus sinais ou conseguir acesso às suas redes de comunicações.

⁵ Diretiva (UE) 2022/2557 relativa à resiliência das entidades críticas

cibersegurança (Diretiva SRI2⁶), que abrange as infraestruturas terrestres dos Estados-Membros, incluindo nas regiões ultraperiféricas, e dos operadores privados, bem como os satélites utilizados para a prestação de serviços de telecomunicações⁷. No entanto, o nível de resiliência e proteção dos recursos espaciais nacionais varia entre os Estados-Membros.

2.1. Um quadro de segurança à escala da UE para a proteção dos sistemas espaciais, a partilha de informações e a cooperação em matéria de incidentes de segurança no espaço

Alguns Estados-Membros estabeleceram regras nacionais para regulamentar as operações espaciais, incluindo aspetos de segurança. Sem um quadro comum, essas regras podem variar, o que poderá afetar tanto a competitividade da indústria espacial, como a segurança da UE.

Para assegurar uma abordagem coerente à escala da UE, e com base na comunicação conjunta sobre uma abordagem da UE em matéria de gestão do tráfego espacial⁸, a Comissão estudará a possibilidade de propor um ato legislativo espacial da UE. Ao mesmo tempo que protege os interesses de segurança nacional, uma tal proposta legislativa poderá proporcionar o quadro para reforçar coletivamente o nível de resiliência dos sistemas e serviços espaciais na UE e assegurar a coordenação entre os Estados-Membros, incluindo no que diz respeito às infraestruturas terrestres em localizações remotas estratégicas, como as regiões ultraperiféricas da UE.

Em conjunto com as Diretivas SRI2 e REC, esta iniciativa poderia proporcionar um quadro abrangente e coerente para a resiliência dos sistemas e serviços espaciais na UE. A Comissão tomará certas características essenciais desses regimes existentes, bem como a experiência adquirida com a sua aplicação, como ponto de partida para a consulta das partes interessadas e para a avaliação de impacto das opções, se for caso disso. Por exemplo, poderá ser exigido aos Estados-Membros que identifiquem os seus sistemas e serviços espaciais essenciais⁹. Estes poderão incluir os principais intervenientes na cadeia de abastecimento, a fim de definir e aplicar um nível mínimo comum de resiliência para os serviços espaciais críticos e desenvolver planos nacionais coordenados de preparação e resiliência e protocolos de emergência. O âmbito da iniciativa poderá ser alargado para

⁶ Diretiva (UE) 2022/2555 relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e que revoga a Diretiva (UE) 2016/1148

⁷ Cf. considerando 5 da Diretiva 2022/2557: «... O setor espacial é abrangido pelo âmbito de aplicação da presente diretiva no que se refere à prestação de determinados serviços que dependem de infraestruturas terrestres detidas, geridas e operadas por Estados-Membros ou por entidades privadas, pelo que as infraestruturas detidas, geridas ou operadas pela União ou em seu nome no âmbito do seu programa espacial não são abrangidas pelo âmbito de aplicação da presente diretiva.»

⁸ JOIN(2022) 4 final.

⁹ O termo «essenciais» deve ser entendido como cruciais para o funcionamento das atividades económicas e para a segurança e proteção dos Estados-Membros.

incluir igualmente a criação de centros de monitorização da segurança que permitam a comunicação de incidentes de segurança de uma forma sistemática.

A Comissão poderá igualmente estudar a implementação de requisitos para garantir que a segurança, nomeadamente a cibersegurança, seja parte integrante da conceção de todos os sistemas espaciais que prestam serviços essenciais. Poderá ainda propor uma integração mais sistemática das normas de segurança pertinentes na fase inicial de conceção destes sistemas.

Adicionalmente, a Comissão incentivará o intercâmbio de informações sobre ameaças que têm como alvo os recursos espaciais ou a respetiva cadeia de abastecimento, com destaque para as informações práticas úteis para os centros de operações de segurança (SOC) pertinentes. Com base na sua experiência com o sistema Galileo, a Agência da União Europeia para o Programa Espacial (EUSPA) assegurará uma monitorização coerente da segurança dos programas espaciais da UE. Em estreita cooperação com a Comissão, a Equipa de Resposta a Incidentes de Segurança Informática de todas as instituições da UE (CERT-EU) e a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA)¹⁰, a EUSPA desempenhará um papel fundamental enquanto centro de operações e monitorização da segurança espacial na UE. Poderá ainda, mediante pedido, prestar assistência aos operadores de sistemas e serviços espaciais essenciais nos Estados-Membros.

Os serviços espaciais são prestados por operadores públicos e privados, com uma presença cada vez maior e um papel cada vez mais dinâmico no «Novo Espaço»¹¹. É necessário um entendimento comum do que constituem serviços espaciais essenciais para partilhar informações de segurança pertinentes, coordenar ações e facilitar a cooperação na UE.

Em complemento de uma eventual proposta legislativa, a Comissão irá promover a sensibilização e facilitar o intercâmbio de boas práticas entre as entidades comerciais em matéria de medidas de resiliência, incluindo as relacionadas com o ciberespaço. Tais medidas de apoio seriam particularmente importantes para as PME, incluindo as do «Novo Espaço». Neste contexto, a Comissão, com o apoio da EUSPA, estudará a criação de um centro de partilha e análise de informações (ISAC) que reúna as entidades comerciais e públicas pertinentes, incluindo, eventualmente, a Agência Espacial Europeia (AEE).

¹⁰ <https://www.enisa.europa.eu/>

¹¹ «Novo Espaço» qualifica a indústria espacial privada emergente, impulsionada por uma série de tendências tecnológicas e inovações de modelos empresariais, e que conduz a uma redução dos custos dos sistemas espaciais, a ciclos de desenvolvimento e entrega mais curtos e a uma maior assunção dos riscos.

Adicionalmente, a aplicação da Diretiva SRI2 e do ato legislativo sobre a ciber-resiliência¹², bem como de outros quadros de cibersegurança em vigor¹³, promoverá a adoção de requisitos de cibersegurança para os produtos digitais críticos utilizados no espaço. As normas e procedimentos específicos em matéria de cibersegurança no domínio espacial podem ser considerados parte integrante da legislação espacial da UE, se for caso disso.

Por último, uma maior orientação por parte da UE na elaboração de normas e a sua melhor representação nas organizações internacionais de normalização são fundamentais, em especial no que diz respeito a proteger os interesses de segurança da UE e dos seus Estados-Membros. Será incentivada a coerência com as normas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

2.2. Reforçar a soberania tecnológica do setor espacial da UE

Para aumentar a resiliência da infraestrutura espacial e garantir a segurança do aprovisionamento¹⁴, a UE reforçará a sua soberania tecnológica, reduzindo as suas dependências estratégicas de países terceiros e aumentando a resiliência das cadeias de valor industriais críticas.

Todas as possibilidades apresentadas pelo Horizonte Europa e pelo Fundo Europeu de Defesa (FED)¹⁵ serão empregues para atingir este objetivo. A Comissão, a Agência Europeia de Defesa e a AEE coordenarão e sincronizarão as atividades no domínio das tecnologias espaciais críticas, com base num grupo de trabalho conjunto reativado¹⁶. Com base na sua experiência, a EUSPA poderá igualmente contribuir para este trabalho. As atividades deste grupo de trabalho conjunto gerarão igualmente contributos para o Observatório das Tecnologias Críticas da UE¹⁷.

Com base nas atividades do grupo de trabalho conjunto e do Observatório das Tecnologias Críticas da UE, a Comissão, juntamente com os Estados-Membros e a indústria, avaliará a necessidade de criar novas alianças industriais relacionadas com tecnologias pertinentes para o espaço e para a defesa, em observância das regras da UE em matéria de concorrência. Os Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum (IPCEI) são outro instrumento que a indústria e os Estados-Membros podem utilizar para

¹² Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos requisitos horizontais de cibersegurança dos produtos com elementos digitais e que altera o Regulamento (UE) 2019/1020, COM(2022) 454 final.

¹³ Inclui atualmente o regulamento delegado da Diretiva Equipamentos de Rádio, adotado em outubro de 2021, que impõe aos fabricantes de dispositivos sem fios obrigações no sentido de melhorarem o seu nível de cibersegurança, privacidade e proteção contra a fraude.

¹⁴ Este reforço inclui o acesso a matérias-primas, materiais transformados e materiais avançados.

¹⁵ Incluindo os programas que os precederam, o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa (PEDID) e a ação preparatória em matéria de investigação no domínio da defesa (PADR).

¹⁶ Grupo de Trabalho Conjunto Comissão Europeia-Agência Espacial Europeia-Agência Europeia de Defesa sobre tecnologias espaciais críticas para a não dependência europeia criado em 2008.

¹⁷ COM(2021) 70 final.

desenvolver tecnologias espaciais em domínios em que os IPCEI tentam resolver o problema de haver uma dependência estratégica significativa e claramente identificada, assegurando simultaneamente importantes repercussões positivas que transpõem os limites dos países e das empresas participantes.

O Programa Espacial, o FED e o Horizonte Europa, bem como os projetos e programas colaborativos dos Estados-Membros, apoiam a maturação tecnológica das capacidades relacionadas com a resiliência. A criação de novas sinergias na programação e no financiamento pode assegurar a continuidade do desenvolvimento de tecnologias e sistemas. Para reforçar a proteção e a resiliência dos sistemas espaciais da UE, a Comissão promoverá a programação conjunta através de uma melhor coordenação entre os programas pertinentes da UE.

A Comissão deve poder utilizar a possibilidade de reprogramar ações a curto prazo em apoio das tecnologias críticas para fazer face a crises graves. Isto assegurará que o espaço é sistematicamente tido em conta nas políticas e iniciativas pertinentes da UE, como as tecnologias quânticas ou a inteligência artificial, mas também que fica garantido o acesso a matérias-primas, materiais avançados e transformados e a semicondutores através, por exemplo, do ato legislativo sobre as matérias-primas essenciais¹⁸ e do Regulamento Circuitos Integrados¹⁹.

A Comissão continuará a trabalhar com a AEE no desenvolvimento das tecnologias espaciais da UE, nomeadamente as relacionadas com a segurança. Para reforçar este papel, é essencial que a AEE estabeleça mecanismos e medidas pertinentes para assegurar a proteção dos interesses de segurança da UE e dos seus Estados-Membros. Uma cooperação estreita assegurará a complementaridade e a sincronização das atividades.

2.3. Enfrentar riscos de segurança no setor espacial da UE

Garantir a segurança da UE depende também da proteção das suas cadeias de abastecimento. Nesse sentido, já estão em vigor alguns controlos específicos, como, por exemplo, o controlo das exportações de dupla utilização e a análise dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE)²⁰. A Comissão avaliará o Regulamento Análise dos IDE até outubro de 2023²¹.

Para ser capaz de avaliar melhor os riscos associados às transações de IDE no setor espacial, a Comissão assegurará que tem acesso a informações relativas aos fornecedores diretos e indiretos de bens e serviços aos programas espaciais da UE, incluindo os geridos pela AEE. Os riscos para a segurança e para a ordem pública da UE relacionados,

¹⁸ [Ato legislativo sobre as matérias-primas essenciais \(europa.eu\)](https://europa.eu/legislation/aem/essential-materials)

¹⁹ [Regulamento Circuitos Integrados \(europa.eu\)](https://europa.eu/legislation/aem/integrated-circuits)

²⁰ Regulamento (UE) 2019/452 que estabelece um regime de análise dos investimentos diretos estrangeiros na União.

²¹ Artigo 15.º do regulamento.

particularmente, com tecnologias emergentes e críticas para as suas infraestruturas espaciais devem igualmente ser mais bem identificados e atenuados. Importa igualmente ter em conta as circunstâncias económicas e financeiras nas quais as empresas da UE com tecnologias estratégicas possam ficar vulneráveis a investimentos estrangeiros que representem riscos para a segurança ou para a ordem pública, bem como para a segurança do aprovisionamento. Como medida atenuante, o recurso a vários fornecedores das tecnologias e componentes mais críticos reduzirá os riscos decorrentes da aquisição estrangeira e assegurará a competitividade interna.

Adicionalmente, proteger a segurança e os interesses estratégicos da UE exige regras em matéria de contratos públicos que garantam plenamente a segurança do aprovisionamento. A Comissão assegurará que as regras da UE em matéria de concorrência e os instrumentos de comércio internacional são plenamente aplicados para ultrapassar os novos desafios enfrentados pelos setores espacial e da defesa da UE, como o risco de distorções introduzidas por subvenções estrangeiras. Para esse efeito, irá investigar determinadas aquisições de empresas da UE ativas nestes setores, que possam ser facilitadas por subvenções ilegais de países terceiros. Se necessário, poderá ponderar proibir a aquisição ou a aceitação de compromissos vinculativos por parte das empresas em causa para corrigir as distorções causadas por essas subvenções estrangeiras.²²

2.4. Desenvolver capacidades, incluindo o acesso autónomo da UE ao espaço, para aumentar a resiliência

Existem muitas capacidades que podem reforçar a resiliência dos sistemas e serviços espaciais, tais como infraestruturas de autoproteção, lançadores versáteis e reativos, serviços de conhecimento da situação no espaço, serviços de manutenção em órbita e computação em nuvem soberana segura específica para os serviços espaciais. Estas capacidades podem permitir fortalecer os recursos espaciais e protegê-los melhor, prolongar a sua vida útil ou substituí-los rapidamente.

O acesso autónomo da UE ao espaço é essencial para a resiliência das infraestruturas espaciais na UE, nomeadamente para a reconstituição de constelações, a substituição de satélites individuais ou a instalação de futuras constelações.

A capacidade de resposta e a versatilidade no acesso ao espaço são essenciais para assegurar a satisfação das crescentes necessidades militares e de defesa. Além da consolidação das capacidades de lançamento atuais, é necessário estimular o desenvolvimento de sistemas de lançamento na UE, designadamente microlançadores e lançadores reutilizáveis, bem como de uma indústria transformadora ágil. A Comissão incentivará o desenvolvimento de interfaces normalizadas (com atenção aos aspetos de

²² Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno.

segurança) entre satélites e sistemas de lançamento reativos, a fim de assegurar a interoperabilidade e o acesso a soluções espaciais dos futuros satélites, e promover o desenvolvimento de soluções inovadoras de transporte em órbita. Há que tirar o máximo proveito das regiões ultraperiféricas da UE com interesse para o acesso autónomo ao espaço.

Ações futuras

- Para aumentar o nível de segurança e reforçar a resiliência das operações e serviços espaciais na UE, bem como a sua segurança e sustentabilidade, a Comissão estudará a possibilidade de propor um ato legislativo espacial da UE que incentive a tomada de medidas de resiliência na UE e promova o intercâmbio de informações sobre incidentes, bem como a coordenação e a cooperação transfronteiriças.
- Até ao final de 2023, a Comissão, com o apoio da EUSPA, criará um centro de partilha e análise de informações (ISAC espacial da UE) para reforçar a resiliência das capacidades da indústria espacial da UE (a montante e a jusante), incluindo o «Novo Espaço».
- Até meados de 2024, a Comissão, em estreita coordenação com a AED, sob a autoridade do Alto Representante, e com a AEE, irá propor um roteiro para reduzir as dependências estratégicas de tecnologias críticas para os projetos espaciais em curso e futuros na UE e para os programas espaciais da UE.
- A Comissão desenvolverá uma programação conjunta que reunirá o FED, o Programa Espacial da UE e o Horizonte Europa, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de capacidades relevantes para a resiliência dos sistemas espaciais.
- A Comissão terá sistematicamente em conta as necessidades do espaço e da defesa em futuras iniciativas, incluindo a avaliação da necessidade de estabelecer alianças industriais.
- A Comissão assegurará que as iniciativas mais vastas da UE, incluindo o Regulamento Circuitos Integrados e o ato legislativo sobre as matérias-primas essenciais, são aplicados de forma a reforçar a segurança do aprovisionamento e a resiliência dos sistemas e serviços espaciais.
- A Comissão tomará medidas para estimular a capacidade de resposta e a versatilidade do acesso da UE ao espaço, impulsionando a criação de novos sistemas de lançamento da UE através de propostas de ações preparatórias para assegurar o acesso autónomo da UE ao espaço a longo prazo, e dando resposta, em especial, às necessidades de segurança e defesa, em conjunto com os Estados-Membros.

3. RESPONDER A AMEAÇAS ESPACIAIS

Dado o aumento das ameaças espaciais e das ações contra-espaciais, é necessário reforçar a capacidade de detetar, caracterizar e identificar a origem de uma ameaça no domínio espacial, e de lhe reagir em tempo útil e de forma proporcionada e coerente, tanto a nível nacional como da UE.

3.1. Detetar e caracterizar as ameaças espaciais

Qualquer resposta da UE a ameaças espaciais exige que tanto a UE como os seus Estados-Membros, conforme adequado, tenham acesso em tempo útil a informações exatas e práticas que apoiem a tomada de decisões.

Além da necessidade de atualizar regularmente o panorama das ameaças espaciais, é necessário recolher e analisar, em tempo quase real, os incidentes de segurança que afetam os sistemas espaciais e que podem indicar uma ameaça espacial. Em complemento das informações de segurança recolhidas através da monitorização do programa espacial da UE, o ato legislativo espacial da UE poderá criar uma rede de intercâmbio de informações que proporcione, através da EUSPA, um primeiro nível de análise e comunicação destes indicadores fracos.

A UE e os seus Estados-Membros também necessitam de desenvolver um entendimento comum da situação geral em órbita para dar resposta a comportamentos irresponsáveis ou hostis no espaço exterior.

O Conhecimento no Domínio Espacial (SDA - *Space Domain Awareness*) consiste na deteção, identificação e caracterização, em tempo quase real, de objetos espaciais de interesse, na descrição e compreensão dos seus comportamentos²³, e na ligação destas informações às doutrinas subjacentes e aos sistemas espaciais conexos. O SDA alimenta em tempo real as *imagens reconhecidas do espaço* dos comandos espaciais, com base em informações sobre manobras espaciais e intenções.

O SDA é fundamental para identificar a origem das ameaças espaciais em órbita e para desencadear uma eventual resposta da UE. Os Estados-Membros que detenham e desenvolvam as capacidades pertinentes devem prestar à UE os serviços de SDA necessários para assegurar a sua autonomia estratégica no domínio espacial.

3.2. Identificar a origem e reagir a comportamentos hostis no domínio espacial

Identificar um país terceiro como a origem de uma ameaça espacial e tomar uma decisão relativamente a uma eventual resposta é uma decisão altamente política.

A Decisão do Conselho relativa à segurança dos sistemas e serviços implantados, operados e utilizados no âmbito do Programa Espacial²⁴ estabelece disposições operacionais que permitem à UE²⁵ identificar a origem e responder a ameaças a sistemas configurados e serviços do Programa Espacial da UE, ou através destes, se tais ameaças afetarem a segurança da UE e/ou dos seus Estados-Membros. A decisão prevê a

²³ Incluindo manobras e operações de carga útil.

²⁴ Decisão (PESC) 2021/698 do Conselho de 30 de abril de 2021 relativa à segurança dos sistemas e serviços implantados, operados e utilizados no âmbito do Programa Espacial da União que podem afetar a segurança da União e que revoga a Decisão 2014/496/PESC do Conselho.

²⁵ Por decisão unânime do Conselho, em resposta à proposta do Alto Representante.

possibilidade de o Alto Representante tomar medidas provisórias urgentes. O Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) gere a arquitetura de resposta a ameaças espaciais que apoia a aplicação da decisão.

Face às crescentes ameaças, o Alto Representante proporá a alteração da decisão do Conselho para que esta se torne a pedra angular da resposta da UE no domínio espacial.

O âmbito de aplicação da decisão deve ser alargado de modo a abranger as ameaças no domínio espacial que possam afetar a segurança da UE. A arquitetura de resposta a ameaças espaciais poderá tornar-se o destinatário, a nível da UE, dos incidentes de segurança espacial através do Centro de Monitorização da Segurança do Programa Espacial e dos serviços de SDA. Em cooperação com a SIAC, esta arquitetura apoiaria a identificação da origem de ameaças espaciais e a resposta adequada.

Complementarmente ao conjunto de instrumentos de ciberdiplomacia e ao conjunto de instrumentos contra ameaças híbridas, a decisão alterada do Conselho facilitaria também a mobilização de um conjunto de instrumentos específicos. Como parte da resposta, os instrumentos pertinentes da UE poderão incluir:

- a nível técnico, a utilização de modos de resposta operacional específicos, desenvolvidos como parte da conceção da segurança dos sistemas espaciais;
- a nível diplomático, debates em fóruns multilaterais, ações de sensibilização através dos canais adequados, declarações da UE e dos Estados-Membros para prevenir e dar resposta a comportamentos irresponsáveis no domínio espacial;
- a nível económico, instrumentos, incluindo sanções²⁶.

O Estado-Maior da UE preparará igualmente um potencial contributo militar para a resposta da UE no domínio espacial.

A criação de um grupo horizontal no âmbito da política externa e de segurança comum (PESC) permitirá mobilizar prontamente os conhecimentos especializados pertinentes numa situação de confronto com uma ameaça espacial. Este grupo apoiará o Conselho na definição da sua resposta às ameaças espaciais, nomeadamente para efeitos de identificação da origem.

Qualquer Estado-Membro pode invocar a cláusula de assistência mútua consagrada nos Tratados da UE (artigo 42.º, n.º 7, do Tratado da União Europeia), caso uma ameaça ou incidente espacial constitua um ataque armado no seu território.

²⁶ A Comissão poderá propor medidas económicas complementares da sua competência, tais como requisitos de controlo das exportações.

3.3. Exercícios espaciais de preparação e interoperabilidade

O Alto Representante, juntamente com a Comissão e os Estados-Membros, organizará exercícios regulares no domínio espacial ou exercícios com uma componente de domínio espacial para:

- testar, desenvolver e validar a resposta da UE a ameaças espaciais,
- testar e explorar mecanismos de solidariedade concretos em caso de ataques espaciais ou ameaças aos sistemas espaciais, e
- desenvolver sinergias com parceiros e aliados no domínio da segurança e defesa espaciais.

Ações futuras

- O Alto Representante e a Comissão explorarão, juntamente com os Estados-Membros que possuem capacidades de Conhecimento no Domínio Espacial (SDA), as modalidades de utilização do SDA para apoiar uma resposta da UE.
- O Alto Representante proporá uma alteração da Decisão (PESC) 2021/698 do Conselho no sentido de dar resposta a todas as ameaças no domínio espacial que possam afetar a segurança da UE e dos seus Estados-Membros, a fim de assegurar que todos os instrumentos da UE disponíveis possam ser rapidamente mobilizados, melhorando assim a sua arquitetura de resposta a ameaças espaciais.
- O Alto Representante, a Comissão e os Estados-Membros participarão, desenvolverão e realizarão os exercícios espaciais pertinentes, incluindo a utilização de mecanismos de solidariedade.

4. REFORÇAR A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA A SEGURANÇA E A DEFESA

Os sistemas e serviços espaciais desempenham um papel de apoio à defesa e à segurança cada vez mais importante. Os serviços de dupla utilização prestados pelos programas espaciais da UE e por entidades comerciais, incluindo o Novo Espaço, continuarão a ser desenvolvidos para aumentar a autonomia estratégica da UE e dos seus Estados-Membros.

4.1. Sistemas e serviços espaciais da UE que apoiam a segurança e a defesa

Intercâmbios mais sistemáticos entre as iniciativas da UE nos domínios do espaço, da defesa e da segurança facilitarão o desenvolvimento de componentes espaciais da UE de dupla utilização, tendo em conta as necessidades de defesa e segurança no âmbito de uma abordagem global centrada nas capacidades²⁷.

²⁷ Em conformidade com o plano de ação sobre as sinergias entre as indústrias civis, da defesa e do espaço.

As iniciativas emblemáticas da UE no domínio espacial podem apoiar as capacidades de segurança e defesa. É portanto necessário explorar em que medida estas iniciativas podem prestar serviços seguros e fiáveis.

Sem deixar de respeitar a natureza civil dos programas espaciais da UE, serão estabelecidas regras específicas e personalizadas para o fornecimento de serviços, aplicações e dados sensíveis em matéria de segurança, a fim de proporcionar um nível adequado de confiança aos utilizadores dos domínios da segurança e da defesa (como, por exemplo, direitos prioritários e controlo de acesso, incluindo, no contexto de operações militares, a anonimização dos pedidos e uma política de restrição da divulgação).

A Comissão integrará os requisitos para utilizadores militares e de segurança na conceção de novos e pertinentes sistemas espaciais da UE e na atualização dos existentes. Para tal, a Comissão contará com o apoio das agências competentes da UE, nomeadamente a AED e a EUSPA. A AED continuará a desempenhar um papel fundamental na identificação dos requisitos militares²⁸, na definição de prioridades em matéria de capacidades e na promoção da cooperação entre os Estados-Membros, nomeadamente através do «Fórum Defesa no Espaço». A EUSPA apoiará a identificação das necessidades relacionadas com a segurança, a acreditação e a exploração de sistemas e serviços de dupla utilização. Além disso, o Estado-Maior da UE avançará com o trabalho de desenvolvimento dos conceitos necessários a nível militar para a utilização do espaço nos compromissos operacionais da UE.

Ao preparar o futuro desenvolvimento dos programas espaciais da UE, a Comissão terá em conta as necessidades a longo prazo dos utilizadores dos domínios da defesa e da segurança (assumindo 2035 como horizonte temporal), em estreita cooperação com os Estados-Membros. A Comissão estudará a interoperabilidade dos sistemas e as opções de transporte de cargas úteis acopladas por motivos de defesa, bem como a segurança dos sistemas espaciais existentes ou futuros.

Neste sentido, serão promovidas sinergias através do FED, para que a investigação e o desenvolvimento no domínio da defesa possam acelerar a implantação de cargas úteis que apoiem os serviços de defesa. Além disso, os diferentes serviços governamentais apoiados pelos programas espaciais da UE serão utilizados e explorados de forma coerente.

²⁸ A AED contribuiu para a definição dos requisitos dos utilizadores militares para as componentes GOVSATCOM e Conhecimento da Situação no Espaço (SSA - *Space Situational Awareness*) do Programa Espacial da UE.

4.1.1. Posicionamento, navegação e sincronização (PNT - Positioning, Navigation and Timing)

Serviços de PNT resilientes, como o serviço público regulado Galileo (SPR), são facilitadores essenciais das operações militares. A evolução contínua do SPR e as cargas úteis complementares em órbita torná-lo-ão mais robusto. Com base em projetos CEP, como a solução de radionavegação da UE (EURAS) ou a futura navegação militar de defesa (NAVWAR), as capacidades de vigilância permitirão criar um quadro consolidado da situação e fazer face a situações de dificuldades no acesso ao SPR. Neste contexto, o FED apoia as atividades relacionadas com um acesso ilimitado e ininterrupto ao SPR a nível mundial, a fim de reforçar a componente de segurança e defesa das capacidades de PNT da UE.

4.1.2. Observação da Terra

A observação espacial da Terra apoia a avaliação e a tomada de decisões autónomas. Trata-se de um elemento essencial para a segurança e a defesa, que provou ser um fator de mudança decisivo para as forças armadas ucranianas resistirem aos ataques russos.

O Centro de Satélites da UE (SatCen) proporciona uma capacidade de análise de informações geoespaciais única para apoiar a tomada de decisões de alto nível e a ação da UE e dos seus Estados-Membros, além de apoiar também as políticas da UE.

Embora o Copernicus preste serviços de segurança, não foi especificamente concebido para cumprir requisitos de defesa.

Por conseguinte, no âmbito da evolução dos serviços Copernicus, e tal como já foi apresentado aos Estados-Membros, um serviço governamental de observação da Terra da UE seria benéfico para prestar um serviço de conhecimento da situação plenamente fiável, altamente resiliente e permanentemente disponível. Para proporcionar valor acrescentado, este serviço complementaria as infraestruturas nacionais, comerciais e europeias de imagens de satélite, por exemplo através de novos sensores, de revisões frequentes e de técnicas de processamento avançadas²⁹. A Comissão implementará esta evolução dos serviços Copernicus gradualmente, começando por um projeto-piloto no âmbito do programa espacial atual.

O desenvolvimento deste serviço tirará proveito da complementaridade do SatCen e da EUSPA. Com base nos seus conhecimentos especializados, a EUSPA, sob a supervisão da Comissão, desempenhará um papel fundamental na acreditação de segurança, na monitorização da segurança e na execução dos contratos do segmento espacial do futuro

²⁹ Este serviço irá alavancar as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) do FED, incluindo tecnologias de carga útil e técnicas de tratamento de dados avançadas, e será complementado no futuro por pequenos satélites altamente reativos para informações, vigilância e reconhecimento espaciais. Serão ponderadas sinergias com projetos CEP, como a Plataforma comum para imagens governamentais (CoHGI).

sistema. O SatCen será fundamental para a identificação das necessidades dos utilizadores em termos de informações geoespaciais e para a divulgação de produtos e serviços sensíveis.

4.1.3. Comunicações seguras

O acesso ininterrupto a comunicações seguras e altamente resilientes em todo o mundo pode prestar apoio a missões e operações de defesa e segurança. Para além dos recursos regionais de comunicações governamentais por satélite dos Estados-Membros, a IRIS² prestará serviços de valor acrescentado, como uma utilização anonimizada, a baixa latência e a flexibilidade. Os Estados-Membros terão um controlo eficaz através de mecanismos equivalentes aos utilizados no SPR Galileo.

Os serviços IRIS² incluirão sistemas de retransmissão de dados espaciais capazes de estabelecer uma interligação com as capacidades espaciais dos Estados-Membros (incluindo de defesa) de forma permanente e segura. Estes serviços podem ser utilizados por capacidades de defesa espaciais nacionais ou multinacionais, como os sistemas de observação da Terra, para melhorar a sua eficácia operacional. A Comissão tirará o máximo proveito de futuras constelações de órbita terrestre de baixa altitude (LEO) para novas capacidades, incluindo serviços aumentados que possam ser úteis para usos militares, oferecendo transporte de cargas úteis acopladas. A Comissão continuará a estudar em que medida a IRIS² poderá apoiar a criação de um sistema de comunicações críticas da UE³⁰.

O FED apoia o desenvolvimento de componentes tecnológicos para comunicações espaciais resilientes³¹, que poderão ser implementados através da IRIS², e a sua adoção pelos utilizadores finais da área da defesa, através de ações orientadas para este segmento de utilizadores (por exemplo, normalização das interfaces para facilitar a sua integração em veículos terrestres, marítimos e aéreos³²).

4.1.4. Conhecimento no Domínio Espacial e Vigilância e Rastreio de Objetos no Espaço

As sinergias entre o Conhecimento no Domínio Espacial (SDA) e o sistema de Vigilância e Rastreio de Objetos no Espaço (SST) existente da UE são fortes no que toca à deteção de objetos no espaço com sensores específicos.

³⁰ Um sistema terrestre de banda larga destinado a estabelecer a ligação entre os sistemas de comunicações da próxima geração para as organizações de segurança e proteção civil dos Estados-Membros, permitindo-lhes operar em toda a UE e nos países Schengen, com base nos projetos «BroadMap» e «BroadWay» do Horizonte 2020, bem como no projeto de preparação da «BroadNet» do Fundo para a Segurança Interna.

³¹ EDF-2021-SPACE-D-EPW

³² EDIDP –DA- ESSOR

É necessário melhorar os desempenhos da SST, a fim de reforçar a precisão das manobras de prevenção de colisões avançadas e das análises de fragmentações e de reentradas. Os Estados-Membros que desenvolvem o SDA, que são também parceiros SST, beneficiarão, por conseguinte, de recursos SST mais eficazes, incluindo meios de defesa, para detetar e rastrear veículos espaciais mais pequenos e mais ágeis através da componente SST do Programa Espacial da UE. Há que apoiar o SDA com sensores e capacidades de análise adicionais para a defesa e a recolha de informações.

O orçamento da UE poderá prestar apoio aos Estados-Membros no desenvolvimento de sensores e capacidades SDA, desde que:

- seja assegurada a complementaridade com o mecanismo existente de apoio à SST, e
- o fluxo necessário de informações e serviços SDA seja disponibilizado para apoiar a resposta da UE a ameaças espaciais, nomeadamente para proteger os satélites da UE.

Os parceiros SST que beneficiam de apoio do SDA ajudarão, por sua vez, a melhorar a SST graças ao aperfeiçoamento da identificação dos veículos espaciais, contribuindo assim para um catálogo autónomo da UE de objetos espaciais, um dos objetivos do Programa Espacial da UE.

4.2. Estimular a inovação e a competitividade

Para além dos grandes intervenientes industriais, o «Novo Espaço» desempenha um papel cada vez mais importante na prestação de serviços, nomeadamente no domínio da segurança e da defesa. Pode propor novas ideias, soluções, tecnologias disruptivas e processos industriais eficientes, que podem igualmente prestar apoio à segurança e à defesa. Os Estados-Membros recorrem cada vez mais a serviços comerciais para complementar os recursos nacionais, testar novas capacidades ou desenvolver ativos públicos.

Uma indústria competitiva é essencial para reforçar a resiliência e as capacidades da UE. A Comissão estimulará a expansão do «Novo Espaço» na UE com o apoio do programa CASSINI³³. Este estímulo incluirá um desenvolvimento mais sistemático de contratos com «clientes-âncora», uma maior mobilização de subvenções, empréstimos ou entradas de capital com o apoio do Conselho Europeu da Inovação, do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Europeu de Investimento e de sinergias com o Programa Europeu de Inovação no domínio da Defesa da UE, bem como a organização anual de maratonas de programação e desafios espaciais/de defesa.

³³ A CASSINI é a iniciativa da Comissão Europeia de apoio aos empresários, às empresas em fase de arranque e às PME na indústria espacial. https://defence-industry-space.ec.europa.eu/eu-space-policy/space-entrepreneurship-initiative-cassini_pt

A Comissão incentivará uma maior colaboração nas áreas da investigação e do desenvolvimento entre as empresas em fase de arranque dos domínios espacial, da segurança e da defesa. As tecnologias desenvolvidas com o apoio do Horizonte Europa, por exemplo para o desenvolvimento da gravimetria espacial quântica, dos serviços em órbita ou do acesso ao espaço, poderão ser aperfeiçoadas para fins de defesa. A Comissão alargará o seu programa de demonstração e validação em órbita às tecnologias espaciais relevantes para os utilizadores dos domínios da segurança e da defesa. O grupo de tecnologias de capacidades da AED no domínio do espaço promoverá igualmente a cooperação entre os Estados-Membros e as suas indústrias na área da investigação espacial.

4.3. Melhorar as competências, a educação e a formação

Tanto a UE como os seus Estados-Membros enfrentam uma escassez de conhecimentos especializados em matéria de segurança e defesa espaciais. A Comissão e o Alto Representante mobilizarão os instrumentos existentes para apoiar o desenvolvimento e a melhoria de competências e a requalificação dos trabalhadores.

Para satisfazer a procura dos Estados-Membros, a AED fará um levantamento de todas as atividades educativas e de formação, nacionais e da UE, relacionadas com a segurança e a defesa espaciais, a fim de desenvolver competências relevantes tanto para a conceção das políticas como a nível técnico. Em estreita coordenação com a Academia Europeia de Segurança e Defesa (AESD), a AED promoverá o intercâmbio de boas práticas e definirá programas curriculares.

Para satisfazer as necessidades da indústria, a Comissão contribuirá para a melhoria de competências e a requalificação dos trabalhadores na indústria espacial, centrando-se em especial no domínio do espaço para finalidades de segurança e de defesa, visando também aumentar a participação das mulheres³⁴. A Comissão apoiará iniciativas concretas organizadas a nível da UE, nacional e regional, baseando-se na parceria de grande escala existente para as competências aeroespaciais e de defesa no âmbito do Pacto para as Competências³⁵. A Comissão está também a trabalhar com as partes interessadas para desenvolver uma nova parceria em grande escala para reforçar as atividades de melhoria de competências e requalificação dos estudantes e profissionais exigidas pela indústria a jusante, nomeadamente para cobrir as necessidades adicionais de trabalhadores qualificados. Com o apoio da EUSPA, a Comissão criará a Academia Espacial da UE para criar programas de desenvolvimento espacial no domínio da segurança.

³⁴ Comunicação «Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025». COM/2020/152 final.

³⁵ <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=23220&langId=pt>

Ações futuras

Para melhorar a utilização de serviços e sistemas espaciais para finalidades de defesa:

- Até ao final de 2024, a Comissão, em estreita cooperação com o Alto Representante, proporá um projeto-piloto para a entrega de serviços SDA iniciais para apoiar a resposta da UE e explorar sinergias com a subcomponente SST do Programa Espacial, tendo em vista a evolução futura.
- No desenvolvimento de futuros programas espaciais da UE, a Comissão tomará em conta as necessidades militares a longo prazo (assumindo 2035 como horizonte temporal) para os serviços espaciais de defesa com o apoio da AED.
- A Comissão terá em conta as necessidades e os requisitos militares na definição da carteira de serviços da IRIS².
- A fim de apoiar a tomada de decisões e a ação autónomas da UE e dos seus Estados-Membros, a Comissão trabalhará no sentido da criação gradual de um novo serviço governamental Copernicus, começando por um projeto-piloto. Este serviço basear-se-á no papel complementar do SatCen e da EUSPA.
- A Comissão incentivará a colaboração entre as empresas em fase de arranque dos domínios espacial, da segurança e da defesa, a fim de desenvolver serviços disruptivos para a segurança e a defesa.
- Até ao final de 2024, o Alto Representante e a Comissão, com o apoio da AED, da EUSPA e da AESD, deverão melhorar as competências da administração pública e da indústria para continuar a desenvolver serviços espaciais para a segurança e a defesa, nomeadamente através da realização de um levantamento das atividades de formação em matéria de segurança e defesa espaciais e do desenvolvimento das competências da indústria espacial a jusante, nomeadamente através do estabelecimento de uma nova parceria de grande escala.

5. PARCERIAS PARA COMPORTAMENTOS RESPONSÁVEIS NO ESPAÇO EXTERIOR

A criação de parcerias externas fortes é essencial para promover uma visão comum de comportamentos pacíficos e responsáveis no espaço, responder a ameaças espaciais e apoiar a utilização de serviços espaciais para a segurança e a defesa.

5.1. Promover normas, regras e princípios para comportamentos responsáveis no espaço exterior

Evitar uma corrida ao armamento no espaço exterior e impedir que este se torne uma zona de conflito é crucial para salvaguardar a utilização a longo prazo do ambiente espacial para fins pacíficos.

O Tratado do Espaço Exterior de 1967 e os princípios desenvolvidos no quadro das Nações Unidas (ONU) constituem a pedra angular da governação mundial do espaço exterior, juntamente com as resoluções pertinentes adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Complementarmente, um instrumento juridicamente não vinculativo de transparência e de criação de confiança seria uma ferramenta eficaz³⁶. As medidas adicionais devem complementar os instrumentos tradicionais pertinentes em matéria de desarmamento e controlo de armas, de forma a dar resposta a comportamentos irresponsáveis que possam conduzir a uma escalada de conflitos, nomeadamente devido a mal-entendidos, interpretações incorretas ou erros de cálculo. A este respeito, o compromisso dos Estados Unidos (EUA) de não realizar ensaios destrutivos com mísseis antissatélite de ascensão direta, ao qual aderiram a Alemanha e a França, constitui um passo em frente pragmático, concreto e mensurável. A UE e todos os seus Estados-Membros apoiaram a resolução correspondente³⁷, aprovada na 77.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 2022.

5.2. Colaborar com as Nações Unidas em matéria de espaço e segurança

A UE tirará o máximo proveito do seu estatuto de observador permanente nas Nações Unidas (ONU) para agir lado a lado com os seus Estados-Membros nos debates sobre o espaço exterior. A UE continuará a participar e a contribuir ativamente:

- para o Comité das Nações Unidas para a Utilização Pacífica do Espaço Exterior (COPUOS) e seus órgãos subsidiários, bem como para a Comissão Política Especial e de Descolonização (Quarta Comissão) da Assembleia Geral das Nações Unidas para questões relacionadas com a segurança espacial; bem como
- para a Conferência do Desarmamento e para a Comissão do Desarmamento e da Segurança Internacional (Primeira Comissão) da Assembleia Geral das Nações Unidas para questões relacionadas com a segurança e a proteção espaciais.

A UE e os seus Estados-Membros apoiam³⁸ o Grupo de Trabalho aberto sobre a redução das ameaças espaciais através de normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis³⁹, enquanto medida pragmática que ajuda a construir um entendimento comum do que podem ser considerados comportamentos responsáveis e irresponsáveis.

O principal desafio para a UE e para os seus Estados-Membros, bem como para os parceiros que partilham as mesmas ideias, é convencer a grande maioria dos países

³⁶ Por exemplo, o Código de Conduta da Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos (HCOC).

³⁷ *Destructive direct-ascent anti-satellite missile testing* (ensaios destrutivos com mísseis antissatélite de ascensão direta, documento A/C.1/77/L.62).

³⁸ A UE deu vários contributos conjuntos e vários dos seus Estados-Membros apresentaram documentos de trabalho nacionais ou inter-regionais.

³⁹ Adotado pela Resolução 76/231 da AGNU.

membros das Nações Unidas da pertinência de uma abordagem normativa. A UE e os seus Estados-Membros trabalharão no sentido de alargar o apoio internacional à sua posição relativamente ao espaço exterior.

O SEAE lançou uma iniciativa de diplomacia pública que parte da base para reforçar o apoio a um espaço exterior seguro, protegido e sustentável (3SOS), promovendo uma abordagem sustentável do espaço, incentivando a prevenção de colisões, reduzindo a criação de detritos orbitais de longa duração e promovendo medidas geradoras de transparência e confiança. Esta iniciativa contribuirá para reduzir os erros, as perceções erradas e a desconfiança.

5.3. Parcerias com os EUA em matéria de segurança e defesa espaciais

A Bússola Estratégica recorda que a parceria da UE com os EUA é de importância estratégica para o aprofundamento da cooperação entre a UE e os EUA em matéria de segurança e defesa de uma forma mutuamente benéfica. Os EUA mantêm uma relação privilegiada com a UE e com alguns dos seus Estados-Membros neste domínio.

Desde 2009, os EUA e a UE têm mantido um diálogo sobre segurança espacial baseado numa estreita colaboração que vai além das áreas civis. Este diálogo permitiu, por exemplo, que os sistemas globais de navegação por satélite de cada parte deixassem de ser vistos como concorrentes e passassem a ser vistos como permitindo uma cada vez maior complementaridade, interoperabilidade e redundância.

Poder-se-á considerar uma abordagem semelhante para o conhecimento da situação no espaço e noutros domínios em que a UE poderá passar de uma situação em que depende dos serviços espaciais dos EUA para uma parceria com base no interesse comum.

5.4. Diálogo com países terceiros sobre a segurança espacial

Uma comunicação transparente e aberta entre os diferentes intervenientes no domínio do espaço (incluindo civis e militares) é crucial para evitar conflitos e contribuirá para o reforço da confiança.

Um número crescente de países terceiros efetuou, ou encontra-se a efetuar, uma revisão das suas organizações de defesa e doutrinas nesta matéria, a fim de reconhecer a importância do espaço para a segurança e a defesa. Vários países terceiros, incluindo aliados, mas também opositores estratégicos, elaboraram estratégias de segurança e defesa espacial com o intuito de desenvolver capacidades internas e parcerias estrangeiras com países que partilham as mesmas ideias.

A UE está a introduzir cada vez mais a questão da segurança e defesa espaciais nos seus debates políticos com países terceiros. O SEAE e os serviços competentes da Comissão irão estabelecer diálogos interpessoais entre funcionários da UE e das autoridades competentes de países terceiros, como o Canadá e a Noruega, como já acontece com os EUA e o Japão.

Estes diálogos sobre segurança espacial constituem uma oportunidade para interagir com parceiros e aliados, debater as suas estratégias espaciais e de segurança, estabelecer parcerias para o intercâmbio de informações, partilhar melhores práticas em matéria de reforço da resiliência das infraestruturas espaciais e estabelecer normas e padrões, identificar domínios de possível cooperação e coordenar ações em fóruns multilaterais.

Os diálogos sobre o espaço e a segurança podem também ser fundamentais para promover as posições e abordagens da UE em fóruns multilaterais, sendo suscetíveis de constituir um canal diplomático que a UE pode ativar para desanuviar tensões ou transmitir mensagens de alerta para dissuadir novas ações, especialmente quando confrontada com comportamentos irresponsáveis no domínio espacial.

5.5. Parceria com a NATO em matéria de segurança e defesa espaciais

A Bússola Estratégica estabelece objetivos claros para a parceria estratégica entre a UE e a NATO: diálogo político e cooperação prática em todos os domínios de interação acordados, incluindo novas vertentes de trabalho, como o espaço.

Na terceira declaração conjunta sobre a cooperação entre a UE e a NATO, de 10 de janeiro de 2023, os dirigentes institucionais da UE e da NATO confirmaram o seu empenho em alargar e aprofundar a sua cooperação no domínio espacial, com base nos princípios acordados que subjazem à sua parceria estratégica.

A cooperação entre a UE e a NATO continua a assentar em princípios de abertura e transparência mútua, de reciprocidade e inclusividade, no pleno respeito da autonomia decisória e dos procedimentos de ambas as organizações e sem prejuízo da especificidade da política de segurança e defesa de cada Estado-Membro.

Ambas as organizações estão a ponderar a evolução da política do espaço, que passará de uma capacidade de apoio a operações militares e civis a um domínio estratégico. As respostas da UE e da NATO aos incidentes e ameaças espaciais serão complementares e reforçar-se-ão mutuamente.

As duas organizações explorarão conjuntamente novos domínios de cooperação no domínio espacial através de intercâmbios regulares, incluindo diálogos interpessoais entre funcionários, sessões de cruzamento de informações e convites mútuos para eventos. Os exercícios paralelos e coordenados organizados pelos funcionários da UE e da NATO poderão igualmente incluir uma componente de domínio espacial.

Ações futuras

- A UE apoiará os esforços multilaterais para reduzir as ameaças espaciais através de normas, regras e princípios para comportamentos responsáveis, nomeadamente através dos trabalhos do grupo de trabalho aberto criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
- O Alto Representante, juntamente com a Comissão, intensificará a campanha de diplomacia pública 3SOS para a segurança, a proteção e a sustentabilidade no espaço exterior.
- O Alto Representante e a Comissão aprofundarão a cooperação com os EUA em matéria de segurança espacial.
- O Alto Representante e a Comissão desenvolverão diálogos sobre segurança espacial com parceiros e aliados que partilhem das mesmas ideias, se for caso disso. Em estreita cooperação com os Estados-Membros, ponderarão dialogar com países que não partilham as mesmas ideias.
- O Alto Representante e a Comissão aprofundarão a cooperação com a NATO em matéria de segurança espacial.

6. CONCLUSÃO

Os sistemas e serviços espaciais na UE contribuem para a autonomia estratégica da UE e dos seus Estados-Membros. Representam recursos fundamentais que contribuirão para moldar a competitividade, a prosperidade e a segurança futuras da UE para as próximas gerações.

A Estratégia Espacial para a Segurança e a Defesa demonstra o compromisso da UE de proteger os seus interesses em matéria de segurança, evitando simultaneamente uma corrida ao armamento no espaço exterior e acelerando as sinergias entre os domínios espacial, da segurança e da defesa.

A UE está empenhada em reforçar a resiliência das cadeias de valor que sustentam o ecossistema espacial e em apoiar a inovação e a competitividade da indústria espacial da UE. A Comissão e o Alto Representante apresentarão anualmente ao Conselho um relatório sobre os progressos alcançados e eventuais ações futuras.